

# **INVESTIGAÇÕES EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA (2015-2017)**

Carmem Zeli de Vargas Gil\*

**RESUMO:** Neste artigo, discute-se os dados produzidos na primeira etapa do projeto de pesquisa Ensino de História, Patrimônio e Cultura Digital (fase 1: 2015-2017; fase 2: 2018-2020), com o objetivo de identificar e analisar a produção de pesquisas em programas de pós-graduação em História e Educação do Brasil. O procedimento metodológico utilizado foi o levantamento de dissertações e teses identificadas no catálogo da CAPES com a palavra-chave “educação patrimonial” (372 trabalhos encontrados). Delimitando os filtros, chegou-se a uma amostra de 15 trabalhos, que foram lidos e fichados a fim de mapear as concepções de patrimônio e educação patrimonial e o diálogo com o ensino de História. Tais estudos permitem vislumbrar a abordagem da educação patrimonial no campo do ensino de História, ajudando a indicar parâmetros para as apropriações do patrimônio na escola.  
**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Patrimonial; Ensino de História; Pesquisas.

## **Investigations in heritage education and history teaching (2015-2017)**

**ABSTRACT:** In this article, it is discussed the data gathered during phase one of the research project History teaching, Heritage and Digital Culture (phase 1: 2015-2017; phase 2: 2018-2020). The purpose is to identify and analyze research studies in History and Education post-graduation courses in Brazil. The methodological approach consisted in gathering dissertations and thesis. These were identified through the CAPES catalog by using the keyword “Heritage Education” (372 essays found). A sample of 15 essays were found, read and filed. The aim was to map out the different concepts of Heritage, Heritage Education and their connections with History teaching. Such studies allow us to view the approaches used in Heritage Education in the field of History teaching. This will enable us to set parameters for the use of Heritage in schools.

**KEYWORDS:** Heritage Education; History teaching, Research.

## **Investigaciones en educación patrimonial y enseñanza de la historia (2015-2017)**

**RESUMEN:** Con el objetivo de identificar y analizar las investigaciones producidas en los cursos de postgrado en Historia y Educación en Brasil, este artículo analiza los datos recopilados en la primera etapa del proyecto de investigación Enseñanza de la Historia, el Patrimonio y la Cultura Digital (fase 1: 2015-2017; fase 1: 2018-2020). El procedimiento metodológico utilizado fue la encuesta de disertaciones y tesis identificadas en el catálogo CAPES con la palabra clave "educación patrimonial" (372 documentos encontrados). Delimitando los filtros, construimos una muestra de 15 obras, que fueron leídas y analizadas para mapear las concepciones de patrimonio y educación patrimonial y su diálogo con la enseñanza de la historia. Dichos estudios nos permiten vislumbrar el enfoque de la educación del patrimonio en el campo de la enseñanza de la historia, colaborando en la producción de parámetros para la apropiación del patrimonio en la escuela.

**PALABRAS CLAVE:** Educación Patrimonial; Enseñanza de la historia; Investigación

\* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é Professora do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: Av. Paulo Gama, s/nº - Prédio 12201 (FACED), CEP: 90046-900, Porto Alegre-RS, Brasil. E-mail: carmemz.gil@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3455-3960>.

A educação patrimonial não é uma metodologia – esta afirmação permite anunciar alguns propósitos que dão o tom destes escritos. Se a educação é um processo relacional, então há muitos caminhos para se construir relações educativas, assentadas na crítica, na interpretação e na reflexão. Se a educação que defendemos é aquela que questiona a negação histórica dos afrodescendentes e indígenas da América Latina, é fundamental imaginar diferentes formas de ensinar e aprender. Se o patrimônio é um campo polifônico, há muitas vozes e áreas do conhecimento que reverberam, indicando a necessidade de se considerar suas especificidades. Se assumirmos que nossa empreitada é questionar a colonialidade do patrimônio, uma metodologia não dá conta da construção de novos devires. Se a preservação do patrimônio no Brasil nasce em um contexto autoritário, certamente uma metodologia não dá conta do processo de formação de jovens e crianças, sensibilizando-os a perceber a ação dos sujeitos subalternizados, indo além do patrimônio como obra de arquitetos, artistas e engenheiros. Se as pessoas possuem uma visão do mundo que resulta de suas experiências, é pertinente construir diferentes estratégias metodológicas com os patrimônios, que distanciem o currículo de História da lógica colonial que sustentou a narrativa oficial sobre o patrimônio no Brasil.

O tema do patrimônio tem ocupado cada vez mais espaço na formação do professor de História (com disciplinas eletivas e estágios em educação patrimonial ou em espaços não formais de educação), nas pesquisas realizadas nos mestrados profissionais em Ensino de História<sup>1</sup> e na Educação Básica (Programa Mais Educação<sup>2</sup> e a BNCC que indica objetos de conhecimento e habilidades relacionadas ao estudo do patrimônio cultural). Nesses três âmbitos, há iniciativas<sup>3</sup> que buscam conceber o patrimônio de forma ampliada, tencionando a ideia de herança (*patrimonium*, no latim, significa herança paterna) e concebendo-o mais como uma referência cultural. Patricia D. Rangel e João Paulo P. do Amaral<sup>4</sup> bem lembraram essa situação ao formular o questionamento: “não seria problemático que as representações culturais que herdamos e que pretendemos transmitir às gerações futuras sejam vinculadas a um termo exclusivamente associado ao masculino?” Estamos, portanto, vivendo um momento intenso que problematiza o patrimônio cultural abordado nas ações de educação patrimonial, tal como preconiza os guias e manuais dos anos 1980 e 1990<sup>5</sup>. Não se quer “alfabetizar culturalmente” ninguém ou transmitir valores assentados na valorização de memórias<sup>6</sup>. No âmbito educacional, queremos crer que o patrimônio e a história podem ajudar crianças e jovens a pensar em si, no outro e no mundo de forma sensível e reflexiva. Portanto, a referência para conceituar o patrimônio vem de Merillas (2013), que indica a centralidade da relação na abordagem do patrimônio. Para ela:

El patrimonio es la relación entre bienes y personas. Esos bienes pueden tener componentes materiales e inmateriales, incluso la mezcla de ambos. Por eso, cuando los bienes son personas, el patrimonio es la relación entre personas y personas, la relación más inmaterial y espiritual que existe<sup>7</sup>.

Quanto à educação, o paradigma que sustenta este estudo é a construção crítica do conhecimento a partir da cultura, do debate de questões sensíveis e controversas e da investigação como pressuposto do ensino e da aprendizagem. Em outras palavras, construir a “educação como prática da liberdade”<sup>8</sup> e projeto alternativo ao racismo epistêmico e à colonialidade do ser, do saber e do poder<sup>9</sup>. Desta maneira, as metodologias de ensino e aprendizagem são, necessariamente, reflexivas, participativas, democráticas e implicadas com as histórias silenciadas. Assim entendida, a educação é um processo contínuo de escolhas políticas e decisões pedagógicas.

Em relação à Educação Patrimonial, seguimos o conceito formulado pelo documento<sup>10</sup> do IPHAN, publicado em 2014, embora seja intenção, nas conclusões destes escritos, tensionar este conceito no que diz respeito à sua pertinência para o ensino de História, uma vez que sob a expressão Educação Patrimonial agrupa-se uma grande variedade de atividades, projetos e programas com ações de promoção, divulgação, valorização, preservação e ensino com o patrimônio.

No recorte apresentado nesse texto, a intenção é identificar e analisar a produção de pesquisas sobre Educação Patrimonial em programas de pós-graduação em História e Educação do Brasil, tentando construir parâmetros que orientem as ações na formação de professores. Trata-se de reflexões provisórias, não só porque assim é o conhecimento, mas pelas limitações de se trabalhar com um banco de dados. Somos reféns de filtros e limitações dos próprios títulos, palavras-chaves e resumos que permitem localizar alguns trabalhos e outros não.

Assim, o procedimento metodológico utilizado foi o levantamento de dissertações e teses<sup>11</sup> identificadas no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com o descritor “educação patrimonial”, sendo identificados 372 trabalhos. Ao delimitar como filtro os anos de 2015, 2016 e 2017<sup>12</sup>, chegou-se ao resultado de 106 trabalhos desenvolvidos em diferentes PPG. Nesse conjunto de 106, foram localizados 17 estudos em PPG-Educação e 13 em PPG-História, constituindo uma amostra de 30 pesquisas que teriam seus resumos lidos para identificar quais abordavam a educação patrimonial no ensino de História. Com esse critério, a amostra foi reduzida para 15 trabalhos, que foram

lidos e fichados, buscando mapear as concepções de patrimônio, Educação Patrimonial e o diálogo com o campo do ensino de História.

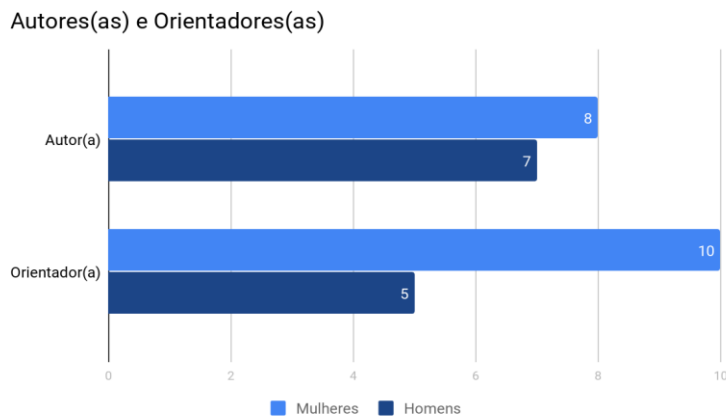
O fichamento das dissertações e teses foi elaborado a partir dos seguintes pontos: questão de pesquisa (objeto), objetivos, referencial teórico/conceitual (concepção de Educação Patrimonial e de ensino de História), metodologia e conclusões. Durante o fichamento das dissertações e teses, buscou-se marcar em cores diferentes as ideias relativas às concepções de educação patrimonial e ensino de História: como historicizavam a educação patrimonial no Brasil, quais elementos tinham mais destaque, se operavam com um conceito específico, que críticas expressavam sobre o percurso da educação patrimonial no Brasil, se faziam ou não aproximações com a produção do campo do ensino de História, se as atividades eram parte da aula de história ou aconteciam em paralelo na forma de oficinas, se relacionavam os conteúdos das aulas com as propostas de educação patrimonial, entre outras questões.

Após esse estudo dos 15 trabalhos, o exercício foi tentar categorizar o que emergiu dessa trama de textos marcados em duas cores (uma para educação patrimonial, outra para ensino de História). Como resultado desse esforço de categorização, chegou-se a cinco procedimentos que marcavam a forma como os autores operavam com a educação patrimonial e o patrimônio: valorizar-preservar, identificar-pertencer, sensibilizar-cuidar, conhecer-conceituar, usufruir-participar. Em relação ao ensino de História, formulou-se três ideias-força sobre os usos do patrimônio no ensino de História, que serão objeto de estudo de outro artigo. Nestes escritos, o esforço é para compreender as concepções de educação patrimonial, com as quais operam os autores das pesquisas analisadas.

Na sequência do texto, apresentam-se dados quantitativos sobre *onde, quem e quais as temáticas* das pesquisas para, num segundo momento, indicar as abordagens da educação patrimonial identificadas nas pesquisas acadêmicas dessa amostra.

### **Sujeitos e espaços das pesquisas identificadas**

Neste tópico, os dados quantitativos indicam que, entre os 15 trabalhos analisados, 10 são dissertações e 5 são teses, com predomínio das mulheres tanto como autoras quanto como orientadoras, ratificando outros estudo que afirmam, segundo Caimi<sup>13</sup>, haver uma incidência maior de mulheres nas pesquisas acadêmicas em Ensino de História.

**Gráfico 1:** Distribuição das pesquisas por autores/as e orientadores/as (2015-2017)

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados de pesquisa.

No que se refere aos espaços acadêmicos, o filtro identificou trabalhos em apenas dois programas, e os dados mostraram 4 pesquisas localizadas na História e 11 na Educação. No que diz respeito à localização geográfica, o cenário evidenciado nos 15 estudos é o seguinte:

**Gráfico 2:** Distribuição das pesquisas por unidade da federação (2015-2017)

#### Estados

- São Paulo
- Bahia
- Sergipe
- Ceará
- Minas Gerais
- Paraná
- Pernambuco



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados de pesquisa.

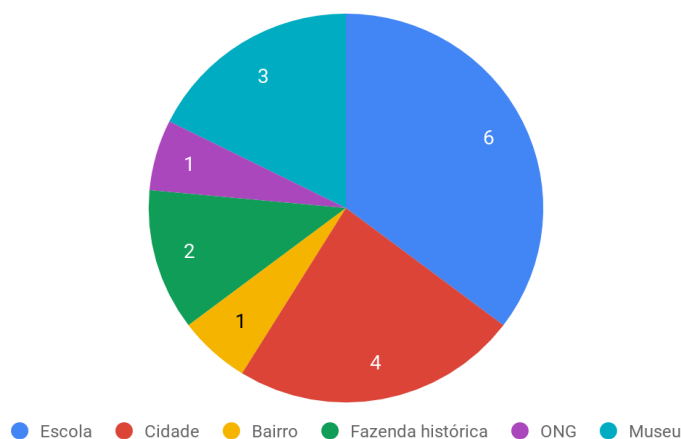
Observando os dados da Plataforma Sucupira no ano de 2018, a área de História congregava 74 cursos de mestrado acadêmico, 45 cursos de doutorado e 10 cursos de mestrado profissional, sendo um deles o Mestrado em Rede Nacional (ProfHistória), com 27 IES associadas. Na amostra estudada, São Paulo, Minas Gerais e Ceará reúnem o maior número de trabalhos. Em parte, isso confirma a distribuição regional dos programas<sup>14</sup>, que

indica a região sudeste com 40% cursos, sendo que os estados que possuem o maior número de PPGH são: Rio de Janeiro (25), São Paulo (13) e Minas Gerais (12). Em parte, porque o Ceará aparece também com 3 trabalhos ao lado de Minas Gerais.

A Área de Educação, em 2019, contou com 133 mestrados acadêmicos, 88 doutorados acadêmicos, 48 mestrados profissionais e 1 doutorado profissional. Os dados nacionais<sup>15</sup> mostram um crescimento maior de cursos na Educação e, nessa amostra, o maior número de trabalhos foi desenvolvido na História. Esse dado torna-se relevante se comparado ao estudo de Caimi<sup>16</sup>, que revela que “[...] o fato de haver quase o dobro de cursos em educação, comparativamente aos na área de História -, as dissertações sobre ensino de história são realizadas prioritariamente na área de Educação [...]”. Talvez esse cenário comece a se alterar com a ampliação dos mestrados profissionais em História, incentivando que os PPGs de História passem a oferecer linha de pesquisa em Ensino de História. Cabe destacar que, para este estudo, foram excluídos todos os trabalhos realizados em mestrados profissionais, visto que outro estudo já tinha sido realizado com essa produção<sup>17</sup>.

**Gráfico 3:** Locais onde são desenvolvidas as propostas de educação patrimonial

Local onde foi realizada a proposta de “Educação Patrimonial”



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados de pesquisa.

A diversidade dos locais onde ocorreram as propostas nos leva questionar o consenso de que a educação patrimonial seria uma metodologia para abordar o patrimônio. Ora, a especificidade desses locais, reunindo instituições de educação formal e informal, sugere metodologias múltiplas, que considerem as condições de trabalho, os tempos e os pressupostos de cada instituição. Assim, diferentes metodologias podem ser (re)criadas para

se efetivar ações educativas com o patrimônio cultural, principalmente porque estamos falando de processos educativos que não se efetivam com uma metodologia única.

Nessa amostra, é relevante observar a escola como o local onde mais se desenvolveram as propostas de educação patrimonial. É um dado instigante, mas também difícil de usar para propor discussões, visto que ainda não temos estudos longitudinais ou o estado do conhecimento das pesquisas que tomaram a educação patrimonial como objeto de estudo na escola. Por outro lado, observando a trajetória do IPHAN, se percebe que os processos educativos não estavam dissociados das preocupações culturais e preservacionistas em cada época. Em diferentes momentos, houve parcerias com o Ministério da Educação. Em 1981, foi publicado o documento “Diretrizes para a operacionalização de uma política cultural do MEC”, que previa, em suas metas, a “interação entre educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país”. Logo após a publicação, sob orientação de Aloísio de Magalhães, a Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura criou um grupo de trabalho para a construção do Projeto Interação (1982 a 1986), em conjunto com as demais secretarias do MEC. “O Interação tinha como proposta o apoio à criação e ao fortalecimento das condições necessárias para que o trabalho educacional se produzisse referenciado na dinâmica das culturas, reafirmando a pluralidade e a diversidade cultural brasileira”<sup>18</sup>. Embora não se conceituasse as ações do Projeto Interação como educação patrimonial, havia um trabalho de aproximação entre a cultural local e a escola. Maria Cecília Londres Fonseca alerta que uma das maiores contribuições desse projeto foi a utilização do conceito de patrimônio cultural já alargado<sup>19</sup>, e esse propósito ocorria com a participação das escolas.

Outro momento a se destacar foi a publicação da Portaria Interministerial nº6 de 20 de agosto de 2015, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar uma proposta de cooperação entre o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura, aprofundando as ações intersetoriais de Cultura e Educação. Em alguns dos incisos do art 1ª a Portaria 06/2015 estabelece:

I - Ampliação e consolidação dos programas existentes: Mais Cultura nas Escolas, Pronatec Cultura e Mais Cultura nas Universidades;

II - Universalização da presença da Cultura e das Artes, como estruturantes da reorganização curricular nas instituições de ensino básico, superior e técnico-profissionalizante;

**III - Valorização da formação de professores na perspectiva de ampliação de seus repertórios culturais;**

IV - Reconhecimento dos mestres de saberes tradicionais nos processos formativos na educação básica, no ensino técnico e profissional e educação superior;

V - Qualificação da infraestrutura cultural, dando condições para o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais nas instituições públicas de ensino;

[...]

**X - Fortalecimento da educação museal e patrimonial, com ações inovadoras integradas às escolas, e dos museus universitários;**  
[...]

Ações entre os dois ministérios já eram realizadas com o Programa Mais Educação, que disponibilizava às escolas um macrocampo específico, denominado Cultura, Artes e Educação Patrimonial. Tais ações indicavam a posição do Estado brasileiro (naquele período) em conjunto com a sociedade, construindo práticas institucionais que indicavam o valor da educação e da cultura nas políticas públicas.

Na sequência do texto, serão discutidas algumas reflexões sobre as concepções que embasaram as investigações no que diz respeito à educação patrimonial no âmbito do ensino de História.

### **Abordagens da Educação Patrimonial e do patrimônio nas pesquisas em Ensino de História**

Neste tópico, discutem-se algumas questões qualitativas que emergiram na leitura e fichamento dos estudos mencionados no intuito de compreender um pouco mais os pressupostos teórico e metodológico que embasaram a produção de conhecimento sobre educação patrimonial no campo do ensino de História. Uma vez categorizadas as evidências da amostra de 15 pesquisas, chegou-se a cinco procedimentos que marcam a forma como os autores operam com a educação patrimonial e o patrimônio nas experiências estudadas: valorizar-preservar; identificar-pertencer; sensibilizar-cuidar; conhecer-conceituar; usufruir-participar.

#### **Valorizar-preservar**

A Educação Patrimonial provocou situações que propiciaram a criação de processos educativos que fomentaram no indivíduo a aquisição de conceitos e habilidades, possibilitando produzir novos conhecimentos diante do patrimônio cultural. O Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais em todas as suas manifestações, também colaborou para seu reconhecimento, sua valorização e conseqüente preservação<sup>20</sup>.

No campo do patrimônio, da museologia, da arqueologia, da educação e do ensino de História, as concepções conceituais que embasam as atividades de Educação Patrimonial nem sempre são as mesmas. Difusão, promoção, transmissão, formação e construção são abordagens relacionadas à concepção de educação e, também, à especificidade da instituição ou grupo que propõe as ações de educação patrimonial. No campo do patrimônio, “conhecer-



valorizar-preservar” tem norteado as atividades educativas. No ensino de História, a interpretação histórica constitui a relevância da História no currículo. Assim, o estudo do patrimônio com situações de aprendizagem que estimulem a interpretação histórica possibilita a construção de conceitos e procedimentos que dão sentido ao passado na relação com o presente. Mais do que conhecer para preservar, cabe ao ensino de História o debate das memórias e das escolhas patrimoniais, sendo necessário deixar de reproduzir o discurso dos primeiros anos de atuação do SPHAN (hoje IPHAN), quando Rodrigo Melo e Franco de Andrade e Mário de Andrade falavam da necessidade de educar a população para evitar a destruição do patrimônio nacional.

Observa-se, na pesquisa de Fronza-Martins, um enfoque na Educação Patrimonial que busca tanto a difusão dos bens – conhecer para preservar – como a cognição histórica. Sob esta ótica, é importante perceber que o estudo de Fronza-Martins não indica a produção de guias, manuais ou cartilhas para ensinar com o patrimônio, mas busca “compreender se o museu contemporâneo, por meio de ações educativas direcionadas, oportuniza a elaboração e o desenvolvimento de um olhar sensível, fomentando a formação cultural do visitante”<sup>21</sup>.

### **Identificar-pertencer**

[...] os bens culturais constituem, no exercício e metodologia da educação patrimonial, importantes instrumentos pedagógicos para elucidar e facilitar o trabalho de construção com os estudantes de noções como as de semelhança e diferença, permanência e mudança e, também, para demonstrar a compreensão de que no âmbito social e cultural, em que surgem e se desenrolam os mais diferentes bens patrimoniais, existem processos múltiplos de pertencimento (de classes, étnicos, de gênero etc)<sup>22</sup>.

Entender a ação educativa como uma ação oferecida, oportunizada, mas também construída pelos participantes desta pesquisa, demonstrou-se o verdadeiro diferencial da mesma. ‘Fazer sentido’, ‘tornar-se parte’, produzir o sentimento de ‘pertença’ e conseguir transformar a informação em conhecimento [...]’<sup>23</sup>.

O patrimônio tem uma história<sup>24</sup> e, assim, expressa a cultura de um grupo, sendo, por isso, um fator identitário. Há, nos estudos desta amostra, um entendimento de que a Educação Patrimonial possibilita a construção de um sentimento de identidade local, no sentido de que as atividades que envolvem o contato direto com o patrimônio estimulam o sentimento de pertença e sensibilizam para a preservação do patrimônio. Assim, quando as políticas patrimoniais falam de valorização e preservação, elas falam de um lugar diferente da escola, como sugerem as pesquisas em destaque. Na escola, o compromisso não é com a construção

de processos educativos que busquem a conscientização de valores inerentes aos bens, visando sua preservação. O alvo da dita valorização recai sobre o patrimônio escolhido pela escola/grupo/comunidade. Trata-se de identificar e atribuir valor a um patrimônio local que, necessariamente, não está vinculado ao consagrado pelas políticas públicas de patrimônio. No entanto, cabe a ressalva, nos últimos anos as diretrizes para as ações educativas no IPHAN têm questionado essa prerrogativa da valorização em si e proposto uma educação dialógica, combinando “a defesa e disseminação do *patrimônio herdado* e atenção ao *patrimônio reivindicado*”<sup>25</sup>. Na escola, a relevância do estudo do patrimônio é contribuir para a construção do pensamento histórico, instaurando o debate a respeito das memórias formatadas por diferentes processos de disputas.

### Sensibilizar-cuidar

Saber perceber o mundo ao redor, em termos dos materiais e substâncias que o compõem, coletando-as e trabalhando-as artesanalmente consiste, com efeito, numa maneira de estabelecer vínculos mais sensíveis com a natureza, vista aqui não separada do mundo da cultura. Assim, uma ecologia que se alia à sensibilidade tece uma educação que pode revelar o quão interligadas podem estar estas dimensões do sujeito, se não forem tomadas como partes independentes de um conhecimento fragmentário e desvinculado da vida pessoal e coletiva.<sup>26</sup>

A palavra “preservar” vem do latim (*praeservare*) e “nos remite a observar, prestar atención, guardar, conservar, manter intacto. También se emplea para referirse al cuidado o integridad en muchos ámbitos, como por ejemplo dentro del arte [...]”<sup>27</sup>. Os indícios, nos estudos da amostra em questão, são de que as atividades de educação patrimonial têm potência para entrelaçar a memória das pessoas com os diferentes tempos dos lugares, o patrimônio individual e familiar e o patrimônio da cidade, possibilitando a construção de uma educação que não separe o sensível do inteligível<sup>28</sup>. No ato de cuidar do patrimônio, há uma dimensão circular que vai além daquela horizontal que marcou as políticas de preservação no Brasil – conhecer-valorizar-preservar. A ordem circular no processo educativo com o patrimônio implica:

[...] transmitimos para dar a conocer, pero el conocimiento en absoluto garantiza el deseo de transmisión, que sólo puede suceder si deriva de un disfrute estético, cultural o identitario; sólo podremos disfrutar aquello que ha sido cuidado – material, inmaterial y espiritualmente – y, para que algo merezca ser cuidado debe tener algún valor; pero una sociedad sólo podrá valorar aquél patrimonio que respeta y será imposible que lo respete si no lo comprende; finalmente sólo comprendemos aquello que conocemos y, dependiendo de cómo accedamos a ese conocimiento, estaremos próximos a la comprensión o, por el contrario, al rechazo.<sup>29</sup>

Assim, há muitas razões para se cuidar do patrimônio, da monumentalidade aos usos históricos, turísticos e econômicos; porém, a mirada educativa é necessária para ampliar os vínculos entre as pessoas e os bens patrimoniais. No ensino, a relevância do estudo do patrimônio reside na dimensão sensível e cognitiva, possibilitando leituras indiciárias que identifiquem sinais, signos, ruínas e marcas da ação de homens e mulheres no tempo e no espaço. Interrogar é uma forma de cuidar.

### **Conhecer-conceituar**

A educação patrimonial, no âmbito escolar, de acordo com o que se tem observado a respeito, tem por finalidade, primordial, assegurar o direito à memória e à História dos indivíduos ou grupos sociais, possibilitando, assim, a construção de elementos identitários e, por conseguinte, o exercício da cidadania<sup>30</sup>.

Faz-se necessário pensar a educação patrimonial como um processo de releitura crítica dos patrimônios, no qual as variadas informações e significações acerca de um determinado bem cultural podem ser percebidas, visto que “tal metodologia fornece subsídios aos educadores comprometidos com um ensino que vise não apenas a valorização dos bens culturais, mas a reflexão acerca dos mesmos<sup>31</sup>”.

Algumas pesquisas desta amostra<sup>32</sup> evidenciam que as atividades e projetos de Educação Patrimonial não visam somente a valorização e preservação de bens patrimoniais ou, em outro extremo, utilizar o patrimônio como fonte para as aulas de História. Tais procedimentos são importantes, mas tanto o primeiro como o segundo limitam a abordagem do patrimônio como instrumento no ensino de História, visto que o foco recai no patrimônio, e não nas pessoas ou na relação entre sujeitos, bens patrimoniais e contextos. Portanto, além da reflexão e da produção de conhecimento com o patrimônio – construindo perguntas, estratégias de pesquisas e análise de resultados –, abordar o patrimônio no ensino de História implica ampliar o espaço, nas aulas, para uma educação do sensível. Na medida em que crianças, jovens e adultos são colocados no centro da perspectiva patrimonial, não há como fazer Educação Patrimonial com uma única metodologia que apresente os conceitos (patrimônio, monumento, cidade “histórica”, museu, arquivo, objeto, etc.) como algo pronto e definitivo que induza o professor a conceber o conhecimento como um processo igual para todos. No campo do patrimônio, esse deslocamento é indicado por Cecília Fonseca, ao referir-se ao patrimônio como referência cultural:

Quando se fala em referências culturais, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu peso material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e

valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados<sup>33</sup>.

Quando aproximamos educação patrimonial e o ensino de História, é fundamental problematizar a ideia de transmissão de conteúdos sobre os bens patrimoniais. Se concebemos que se trata de um processo educativo, então o foco são as pessoas e as relações com os bens patrimoniais. Assim, a educação patrimonial poderia definir-se como um conjunto de situações de aprendizagem de/para/desde/com o patrimônio.

Os estudos aqui analisados revelam pouco sobre a sala de aula. Ainda resta saber o que acontece na aula de História quando o professor escolhe trabalhar com o patrimônio, quais conteúdos e fontes são selecionados, que tipo de atividades são realizadas e que materiais didáticos são utilizados.

### **Usufruir-participar**

As ações que podem ser alcançadas com as práticas de Educação Patrimonial envolvem visitas e, para que a interdisciplinaridade ocorra num processo de apropriação, as visitas a museus, arquivos e bibliotecas públicas são muito indicados nas considerações de Moraes (2005)<sup>34</sup>.

Isto na medida em que não seja entendida como atividade de divulgação e de transmissão de informações pós-tombamentos, e não ignore o saber empírico local e a relação que as populações estabelecem com os lugares e os patrimônios<sup>35</sup>.

Há, nos estudos analisados, uma dimensão da educação patrimonial que envolve acessar as instituições culturais e ter contato com os acervos, participar de ações educativas, visitar exposições e usufruir desses espaços públicos. Promover a educação patrimonial para que crianças e jovens possam usufruir dos patrimônios é, também, romper com a perspectiva informativa e ilustrativa que orientou por muito tempo essas ações no Brasil.

Em relação ao ensino de História, alguns dos trabalhos desta amostra<sup>36</sup> evidenciam a relevância do contato direto com o patrimônio, implicando não só o trabalho em sala de aula, mas fundamentalmente o trabalho em sítios históricos, museus e arquivos, por exemplo. Esse contato direto com as fontes patrimoniais rompe com a primazia das fontes escritas e, por vezes, iconográficas bem mais comuns nas aulas de História. Ao mesmo tempo, esse procedimento pedagógico demanda pesquisas que ajudem a compreender a abordagem mais adequada para que os alunos interpretem a cultura material e sua inserção em um processo. Caso contrário, a abordagem do patrimônio *in loco* poderá resultar em uma atividade de

passeio escolar sem um planejamento consistente, levando os alunos interpretarem o patrimônio apenas como evidência do passado, sendo que ensinar História é muito mais do que isso.

E, para encerrar este tópico, resta pensar ainda o conceito de educação patrimonial que embasou a grande maioria das dissertações e teses, qual seja:

Atualmente, a CEDUC defende que a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural<sup>37</sup>.

Observando o processo de construção desse conceito, apresentado no próprio documento onde se encontra citado, percebe-se que, no âmbito do IPHA, ele é muito valioso e indica o abandono de uma perspectiva da educação como transmissão de valores em prol da noção de diálogo, buscando empoderamento e valorização dos grupos invisibilizados na narrativa do passado. Mas cabe questionar: e para o ensino de História? Este seria um conceito potente? Em parte, sim. Mas temos especificidade, outras demandas, outro contexto, outras referências... Temos interesse em apropriar o patrimônio como recurso nas ações de educação patrimonial? Queremos o reconhecimento, a valorização e a preservação dos bens patrimoniais? Quais bens? É oportuno para as aulas de História falar em patrimônio como um “bem” cultural? É coerente com a historiografia falarmos de preservação de memórias? Nas aulas de História, nosso objetivo é a valorização de memórias? Temos interesse na separação entre educação formal e não formal? São perguntas que contêm em si respostas provisórias. Ficam em aberto, para continuarmos pensando por que fazer educação patrimonial no ensino de História, visto que as pesquisas aqui analisadas – e muitas outras – continuam tomando como referência o conceito definido pelos intelectuais que atuam no órgão de proteção. Eles falam de um lugar com objetivos diferentes, em parte, daqueles definidos para o ensino da História – complementares, mas diferentes. Seguimos pensando!

### **Conclusões provisórias**

Neste artigo, delimitou-se algumas reflexões sobre a leitura de 15 pesquisas, identificadas no banco da CAPES, nos anos de 2016 a 2017, em Programas de Pós-Graduação em História e Educação. O objetivo principal deste estudo foi mapear as concepções de patrimônio e educação patrimonial e o diálogo com o campo do ensino de História presente nas pesquisas selecionadas. Na sequência, algumas conclusões provisórias.

Diferentes autores que estudam o patrimônio<sup>38</sup> indicam que, se a concepção de patrimônio histórico e artístico nacional ocorreu no âmbito da formação dos Estados nacionais, a concepção de patrimônio cultural se vincula aos organismos internacionais e, em contextos mais restritos, aos grupos que reivindicam representação com o patrimônio local. Portanto, nos últimos vinte anos, a concepção de patrimônio passou a envolver diferentes sujeitos que não apenas os burocratas e intelectuais<sup>39</sup>. Neste aspecto, as dissertações e teses ora tratam do patrimônio como histórico e artístico, ora como cultural, sendo a perspectiva do patrimônio como referência cultural ainda pouco referida nesses estudos. Prevalece uma certa obediência epistêmica, na medida em que o patrimônio brasileiro aparece sempre vinculado ao passado colonial europeu e católico. Há muito o que se fazer nesse aspecto para construir práticas de educação patrimonial comprometidas com a coletividade e a crítica à colonialidade. Cabe lembrar que “todo lugar tem cultura, todo lugar tem patrimônio cultural, ele é o que faz nós sermos o que somos. Quando você traz esse aprendizado para uma área vulnerável, por exemplo, você combate, você mostra que não existe só uma maneira de viver no mundo, só um jeito certo”<sup>40</sup>.

Observa-se uma continuidade, nessas pesquisas, relativa a uma perspectiva de educação patrimonial assentada no contato direto com o patrimônio, no desenvolvimento de habilidades que são individuais, reafirmando identidades culturais, abordando a história local, valorizando acervos e coleções. Há, de certa forma, um esforço para desatrelar as ações educativas dos acervos consagrados, mas, por outro lado, também há uma continuidade na crença de uma educação patrimonial para despertar interesse, respeito e estima pelo patrimônio. Em outro estudo realizado<sup>41</sup>, apontam que a categoria que mais aparece nas problemáticas dos trabalhos é o patrimônio como ferramenta para ensinar História. O que é uma ferramenta? Um instrumento que permita realizar determinados trabalhos ou um procedimento que melhore a capacidade de realizar tarefas. Considerar o uso do patrimônio como ferramenta no ensino de História seria o mesmo que pensá-lo como documento/monumento? Certamente não. Quero acreditar que o patrimônio tem potência para

ser mais do que um meio nas aulas de História. Sua abordagem como documento tem possibilitado descortinar processos de seleção, atribuição de valores, evidenciando escolhas, presenças e silenciamentos na narrativa histórica.

Na totalidade dos trabalhos analisados, a educação patrimonial seria uma metodologia para a difusão dos bens culturais, visto que os autores advogam a importância da educação na proteção preventiva do patrimônio. Avaliar o impacto das ações de educação patrimonial para o público a que se destinam parece ser o objetivo principal das investigações em análise. Talvez fosse importante reafirmar a expressão “aprendizagem patrimonial”, para que possamos rever as concepções e as práticas de educação patrimonial com foco na relação entre o patrimônio e as pessoas, dos bens a serem compreendidos e valorizados aos processos de aprendizagens com os bens patrimoniais.

Quanto ao ensino de História, o patrimônio é abordado como um recurso pedagógico; a educação patrimonial serve como forma de reler os patrimônios consagrados, como formação cultural, possibilitando a aproximação entre história e memória a fim de desenvolver um olhar sensível para o patrimônio local e aproximar a população dos seus espaços de moradia. Assim, cabe perguntar qual a relevância da educação patrimonial no ensino de História? Obviamente, sabemos que, no âmbito do IPHAN, o compromisso é fazer uma educação patrimonial comprometida com a difusão dos bens patrimoniais visando seu conhecimento, valorização e, conseqüentemente, sua preservação. Mas, na escola e nas aulas de História, seria este o propósito também? Siviero (2014) faz uma reflexão interessante, ao indicar que, por muito tempo, os projetos de educação patrimonial estiveram centrados nos objetos e edificações, sendo os atores sociais ofuscados pela materialidade dos bens. Disso decorrem práticas educativas a partir “de uma ação vertical de convencimento sobre a importância e necessidade de preservar que produz alienação pelo objeto reificado e fetichizado através do esclarecimento”<sup>42</sup>. Se o foco fosse somente a materialidade dos bens, ainda teríamos que discutir como abordar a cultura material nas aulas de História, marcadas pelo texto escrito. Dessa forma, Siviero (2014) critica o caráter instrumental e auxiliar da educação patrimonial no processo de preservação do patrimônio. É assim que a queremos na escola também?

No ensino de História, poderíamos imaginar uma educação patrimonial que possibilite ampliar as fontes documentais, permitindo que um conjunto de saberes, fazeres, formas de expressão, lugares, monumentos sejam problematizados em sua historicidade. Além de ensinar História com “novas fontes”, a educação patrimonial possibilita associar o currículo às

diferentes leituras das cidades. Trata-se, portanto, de ensinar e aprender História no encontro sociocultural, onde cultura e educação são mobilizadas para construir aulas de História impregnadas de afetividade e atribuições de sentido que correlacionam pautas históricas e identitárias. Para isso, é necessária a mediação do professor não só no planejamento das aulas, mas também na construção de um desenho curricular que tenha a cultura como contexto da educação.

O que se quer, nestas investidas de pesquisa, é construir uma educação comprometida com a vida, uma educação que use a memória e o patrimônio para mobilizar afetos políticos e estéticos. Este é um caminho potente para operar com a educação patrimonial e, assim, produzir pertencimento, estranhamento, reflexão, pensamento histórico e ação. Trata-se de uma educação patrimonial que não está interessada somente nos objetos, nos monumentos, no conjunto arquitetônico, nas coleções, mas na dignidade das pessoas, nas histórias silenciadas das comunidades populares, nas memórias dos sujeitos subalternizados, enfim, na vida. Essa educação patrimonial, comprometida com a diversidade e a aprendizagem em História, certamente se efetiva com metodologias muito diversas. Não há, portanto, uma única metodologia.

## Notas

---

<sup>1</sup> GIL, Carmem Zeli de Vargas e PACIEVITCH, Caroline. Patrimônio e ensino no profhstória: discussões teórico-metodológicas. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*. Vol. 26, nº1 (Ago/2019).

<sup>2</sup> A Educação Patrimonial foi inserida no Programa Mais Educação através de uma parceria do MEC com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), possibilitando que os estudantes realizassem inventários dos patrimônios locais nos territórios em que as escolas estavam inseridas.

<sup>3</sup> Em Porto Alegre, na UFRGS, o Laboratório de Ensino de História e Educação desenvolve o projeto Territórios negros, patrimônio afro-brasileiro em Porto Alegre, que culminou na confecção do jogo “As Viagens do Tambor”, visibilizando o patrimônio afro-brasileiro na cidade. Em Belo Horizonte, o projeto As Trilhas de Memórias de Venda Nova/BH, coordenado pelas professoras Karla Cunha Pádua e Lana Mara de Castro Siman no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (PPGE-UEMG), foi realizado no âmbito da pesquisa Educar Pela Cidade: Memória e Patrimônio Cultural e Ambiental. Em Porto Alegre, na Escola Estadual Santa Luzia, sob coordenação da professora Carla Moura, o projeto O poder da Memória propõe atividades de prospecção, identificação, registro e apropriação dos patrimônios da comunidade em que a escola está inserida (bairro Santo Antônio, Vila Maria da Conceição, mais conhecida como “Maria Degolada”). A professora faz a Educação Patrimonial como parte das aulas de História. Na rede de mestrados profissionais em ensino de História coordenada pela UFRJ, há uma linha de pesquisa “Saberes históricos em diferentes espaços de memória”, que tem possibilitado a produção de um conjunto de investigações com foco no patrimônio cultural. No I Congresso Nacional do ProfHistória, realizado em Salvador em setembro de 2019, o Grupo de Reflexão Docente Ensino de História e Patrimônio Cultural foi o que recebeu mais trabalhos, somado ao grupo de Ensino de História Local, que também dialogava com o tema do patrimônio cultural. Foram 86 resumos inscritos.

<sup>4</sup>Patricia D. Rangel e João Paulo P. do Amaral (2015, p.5)

<sup>5</sup>FLORENCIO, Sônia Rampimet. Política de educação patrimonial no IPHAN: diretrizes conceituais e ações estratégicas. Dossiê Educação Patrimonial. *Revista CPC*. São Paulo: CPC-USP, n. 27 especial, 1. semestre 2019.



<sup>6</sup> O conceito de memória é citado aqui a partir dos estudos de Elizabete Jelin (2014), que indica a necessidade do estudo da história implicar-se com a trama entre o que passou e o que continua do que passou.

<sup>7</sup> MERILLAS, Olaia Fontal. Estirando hasta dar la Vuelta al Concepto de Patrimonio. In: *La Educación Patrimonial: Del Patrimonio a las Personas*, Gijón: Ediciones Trea, 2013, p.18.

<sup>8</sup>HOOKS, 2017.

<sup>9</sup>WALSH, Catherine. Interculturalidad Crítica/Pedagogia decolonial. In: *Memórias del Seminario Internacional "Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad"*. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional 17-19 de abril de 2007.

<sup>10</sup> Refere-se ao conceito de Educação Patrimonial defendido pela CEDU e apresentado no documento publicado pelo IPHAN: FLORÊNCIO, Sônia Rampim et al. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

<sup>11</sup> O levantamento contou com a participação da bolsista Marjani Ziani Heineck (PROBIC FAPERGS (2018-2019)).

<sup>12</sup> Este recorte temporal tem o objetivo futuro de estabelecer um diálogo com outro levantamento feito no portal eduCAPES, referente às dissertações realizadas no âmbito dos mestrados profissionais em Ensino de História. GIL, Carmem Zeli de Vargas e PACIEVITCH, Caroline. Patrimônio e ensino no ProfHistória: discussões teórico-metodológicas, publicado na Revista Eletrônica Documento/Monumento, vol. 26, nº1 (Ago/2019).

<sup>13</sup>CAIMI, Flávia Eloisa. *Investigando os caminhos recentes da história escolar: tendências e perspectivas de ensino e pesquisa*. In. ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; CONTIJO, Rebeca. O ensino de história em questão: cultura histórica e usos do passado. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2015, p.19.

<sup>14</sup>COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. *Documento de Área*. Educação. 2019. Disponível em: [http://capes.gov.br/images/educacao\\_doc\\_area\\_2.pdf](http://capes.gov.br/images/educacao_doc_area_2.pdf). Acesso em: 10 mar. 2020.

<sup>15</sup>COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. *Documento de Área*. Educação. 2019. Disponível em: [http://capes.gov.br/images/educacao\\_doc\\_area\\_2.pdf](http://capes.gov.br/images/educacao_doc_area_2.pdf). Acesso em: 10 mar. 2020.

<sup>16</sup>CAIMI, Flávia Eloisa. *Investigando os caminhos recentes da história escolar: tendências e perspectivas de ensino e pesquisa*. In. ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; CONTIJO, Rebeca. O ensino de história em questão: cultura histórica e usos do passado. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2015, p.20.

<sup>17</sup>GIL, Carmem Zeli de Vargas e PACIEVITCH, Caroline. Patrimônio e ensino no profhistória: discussões teórico-metodológicas. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*. Vol. 26, nº1 (Ago/2019).

<sup>18</sup>BRANDÃO, 1996, p.11 citado por FLORÊNCIO, 2014.

<sup>19</sup>FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

<sup>20</sup>FRONZA-MARTINS, Anglay Sanches. *Da magia à sedução: ações educativas formativas para universitários em museus paulistanos*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017, p.163.

<sup>21</sup>FRONZA-MARTINS, Anglay Sanches. *Da magia à sedução: ações educativas formativas para universitários em museus paulistanos*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017, p.149.

<sup>22</sup>CARDOSO, Lucas Lopes. *Quantas histórias tem São João del-Rei? Memórias de professores de História e suas relações com o patrimônio cultural local*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2015, p.48.

<sup>23</sup>FRONZA-MARTINS, Anglay Sanches. *Da magia à sedução: ações educativas formativas para universitários em museus paulistanos*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017, p.163.

<sup>24</sup>CHOAY, François. *A Alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

<sup>25</sup>GONÇALVES, Janice. Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. *Museion*. Canoas, n.19, p.83-97, dez. 2014, p.90.

<sup>26</sup>CABRAL, Sidarta Nogueira. *A Experiência de Educação Patrimonial no Grupo Enxame – O Mucuripe Conta sua Cultura a partir de suas Juventudes*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016, p.39.

<sup>27</sup>MERILLAS, Olaia Fontal, SÁNCHEZ-MANCÍAS, Inmaculada; ORTEGA, Jesús Cepeda. *Personas y patrimonios: análisis del contenido de textos que abordan los vínculos identitarios*. MIDAS [Online], nº9, 2018, p.8.

<sup>28</sup>DUARTE JR. João-Francisco. *O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível*. Curitiba: Criar, 2001.

- <sup>29</sup>MERILLAS, Olaia Fontal, SÁNCHEZ-MANCIÁS, Inmaculada; ORTEGA, JesúsCepeda. *Personas y patrimonios: análisis del contenido de textos que abordan los vínculos identitarios*. MIDAS [Online], nº9, 2018, p.2.
- <sup>30</sup>MAIA, Francisco Edinou Bezerra. *Educação Patrimonial no Ensino Fundamental: investigando os bens patrimoniais de Limoeiro do Norte – CE*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade De Filosofia Dom Aureliano Matos, Universidade Estadual Do Ceará. Limoeiro do Norte, 2016, p.123.
- <sup>31</sup>SANTOS, Patrícia Palma. *O passado no presente: a importância da educação patrimonial e do arqueoturismo para a preservação do patrimônio arqueológico da “Estrada Real”*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas. Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2015, p.96.
- <sup>32</sup>MAIA, 2016 e SANTOS, 2015.
- <sup>33</sup>FONSECA, 2003, p.84.
- <sup>34</sup>SEGURA, Denise da Silva. *Educação Patrimonial e Memória Coletiva no Ensino de História*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Sapucaí. Pouso Alegre, 2017, p.19.
- <sup>35</sup>ANJOS, Ana Cristina Chagas dos. *Diálogos entre Patrimônio, Meio Ambiente e Aprendizagem Social: uma experiência de Educação Patrimonial em pesquisa-ação no bairro paulista de Santo Amaro*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016, p.83.
- <sup>36</sup>CARDOSO, 2015; CAVALCANTI, 2016; MAURÍCIO, 2015; MAIA, 2016; SEGURA, 2017.
- <sup>37</sup>FLORÊNCIO, Sônia Rampimetet al. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014, p. 19. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao\\_Patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf). Acesso em 20 julho. 2019.
- <sup>38</sup>CANCLINI, POSSAMAI, FONSECA, GONÇALVES, PELEGRINI.
- <sup>39</sup>FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- <sup>40</sup>FLORÊNCIO, Sônia Rampimetet al. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao\\_Patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf). Acesso em 20 julho. 2019.
- <sup>41</sup>GIL, Carmem Zeli de Vargas e PACIEVITCH, Caroline. Patrimônio e ensino no profhstória: discussões teórico-metodológicas. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*. Vol. 26, nº1 (Ago/2019)
- <sup>42</sup>SIVIERO, Fernando Pascuotte. *Um mapa para outros fazeres: Territórios educativos e patrimônio cultural*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, p.67.

## Referências

BRASIL. Portaria Interministerial nº. 6, de 20 de agosto de 2015. Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de proposta de cooperação entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 160, p. 23, 21 agosto de 2015. Seção 1.

CAIMI, Flávia Eloisa. *Investigando os caminhos recentes da história escolar: tendências e perspectivas de ensino e pesquisa*. In. ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; CONTIJO, Rebeca. *O ensino de história em questão: cultura histórica e usos do passado*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2015.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. *Documento de Área*. Educação. 2019. Disponível em: [http://capes.gov.br/images/educacao\\_doc\\_area\\_2.pdf](http://capes.gov.br/images/educacao_doc_area_2.pdf). Acesso em: 10 mar. 2020.

---

DUARTE JR. João-Francisco. *O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível*. Curitiba: Criar, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio. In: *O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 2003.

FLORÊNCIO, Sônia Rampimetet al. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao\\_Patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf). Acesso em 20 julho. 2019.

FLORÊNCIO, Sônia Rampimet. Política de educação patrimonial no IPHAN: diretrizes conceituais e ações estratégicas. Dossiê Educação Patrimonial. *Revista CPC*. São Paulo: CPC-USP, n. 27 especial, 1. semestre 2019.

GIL, Carmem Zeli de Vargas e PACIEVITCH, Caroline. Patrimônio e ensino no profhistória: discussões teórico-metodológicas. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*. Vol. 26, nº1 (Ago/2019).

GONÇALVES, Janice. Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas patrimônio cultural. *Mouseion*. Canoas, n.19, p.83-97, dez. 2014.

GRISPUM, Denise. *Educação para o patrimônio*. Museu de arte e escola. Responsabilidade compartilhada na formação de públicos. Tese (Doutorado). Fac. Educação da USP, 2000, apud Rede Paulista de Educação Patrimonial – REPEP, Boletim nº 04 de setembro de 2013.

HOOKE, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

JELIN, Elizabeth. La memoria, una bisagra entre pasado y presente. *Clepsidra. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria*, nº 2, octubre 2014, pp. 146-157.

MERILLAS, Olaia Fontal. Estirando hasta dar la Vuelta al Concepto de Patrimonio. In: *La Educación Patrimonial: Del Patrimonio a las Personas*, Gijón: Ediciones Trea, 2013, pp.9-12.

MERILLAS, Olaia Fontal. SÁNCHEZ-MANCÍAS, Inmaculada; ORTEGA, Jesús Cepeda. *Personas y patrimonios: análisis del contenido de textos que abordan los vínculos identitarios*. MIDAS [Online], nº9, 2018.

RANGEL, Patrícia Duarte; AMARAL, João Paulo Pereira do. *Reflexões críticas sobre metodologias do campo patrimonial a partir de uma perspectiva feminista e decolonial*. In: 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa XII CONLAB, 2015, Lisboa. Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, *Anais*, v.1, p. 8909 - 8921, Lisboa, Portugal, 2015.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. *Um mapa para outros fazeres: Territórios educativos e patrimônio cultural*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila Bezerra e OLIVEIRA, Emanuel. *Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas*. João Pessoa: IPHAN-PB, Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016.

WALSH, Catherine. Interculturalidad Crítica/Pedagogia decolonial. In: *Memórias del Seminario Internacional "Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad"*. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional 17-19 de abril de 2007.

### **Dissertações e Teses Consultadas**

ANJOS, Ana Cristina Chagas dos. *Diálogos entre Patrimônio, Meio Ambiente e Aprendizagem Social: uma experiência de Educação Patrimonial em pesquisa-ação no bairro paulista de Santo Amaro*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016. 341p.

CABRAL, Sidarta Nogueira. *A Experiência de Educação Patrimonial no Grupo Enxame – O Mucuripe Conta sua Cultura a partir de suas Juventudes*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016. 137p.

CARDOSO, Lucas Lopes. *Quantas histórias tem São João del-Rei? Memórias de professores de História e suas relações com o patrimônio cultural local*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2015. 113p.

CAVALCANTI, Marco Alexandre Nonato. *Educação patrimonial e EJA: instrumento para a discussão sobre memória e patrimônio cultural*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2016. 118p.

DROPA, Marcia Maria. *A narrativa dos idosos; análise a partir de Walter Benjamin: uma contribuição para a educação patrimonial*. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2016. 267p.

FERREIRA, Danielle da Silva. *Patrimônio cultural Pernambucano nos livros didáticos de história regional: tecendo a formação histórica nos anos iniciais da educação básica*.

---

Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2015. 199p.

FRONZA-MARTINS, Anglay Sanches. *Da magia à sedução: ações educativas formativas para universitários em museus paulistanos*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017. 173p.

GRAZIANO, André Tostes. *A paisagem educativa: um estudo comparativo sobre a paisagem no contexto do patrimônio cultural rural paulista*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016. 292p.

LIMA, Edilio José Soares. *Pedras que falam: o conjunto arquitetônico de Aracaju no cotidiano da educação patrimonial*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Diretoria de Pesquisa e Extensão, Universidade Tiradentes. Aracaju, 2017. 186p.

LIMA, Livia Morais Garcia. *Turismo cultural e educação não formal em fazendas históricas paulistas: uma abordagem inovadora no campo do patrimônio histórico-cultural*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015. 223p.

MAIA, Francisco Edinou Bezerra. *Educação Patrimonial no Ensino Fundamental: investigando os bens patrimoniais de Limoeiro do Norte – CE*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade De Filosofia Dom Aureliano Matos, Universidade Estadual Do Ceará. Limoeiro do Norte, 2016. 150p.

MAURICIO, Jorge da Silva. *Educação patrimonial: uma estratégia para o desenvolvimento local do Pelourinho – Centro Histórico de Salvador – Bahia*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2015. 128p.

OLIVEIRA, Dayana Silva de. *O Museu da Cultura Cearense e sua contribuição para a educação patrimonial: apropriações e falas dos alunos sobre o patrimônio e a cultura cearense*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015. 170p.

SANTOS, Patrícia Palma. *O passado no presente: a importância da educação patrimonial e do arqueoturismo para a preservação do patrimônio arqueológico da “Estrada Real”*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas. Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2015. 207p.

SEGURA, Denise da Silva. *Educação Patrimonial e Memória Coletiva no Ensino de História*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Sapucaí. Pouso Alegre, 2017. 105p.